



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

CPR SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA 2022-2024

Comitê Gestor

Julho/2024



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

COMITÊ GESTOR DA CONTA DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO SÃO FRANCISCO E DO RIO PARNAÍBA
CPR SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
2022-2024

BRASÍLIA/DF
2024



**COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DAS
BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO SÃO FRANCISCO E DO RIO PARNAÍBA – CPR SÃO
FRANCISCO E PARNAÍBA**

PRESIDENTE:

Giuseppe Serra Seca Vieira

MEMBROS:

I - do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional:

- a) Giuseppe Serra Seca Vieira, como 1º titular;
- b) Amanda Mesquita Souto, como suplente do 1º titular;
- c) Fernanda Ayres Jardim Elias, como 2º titular; e
- d) Alexandre Saia, como suplente do 2º titular;

II - da Casa Civil da Presidência da República:

- a) Cristiane Collet Battiston, como titular; e
- b) Irani Braga Ramos, como suplente;

III - do Ministério da Agricultura e Pecuária:

- a) Gustavo dos Santos Goretti, como titular; e
- b) Kleber Souza dos Santos, como suplente;

IV - do Ministério das Cidades:

- a) André Pedro Sobreiro Martins, como titular; e
- b) Johnny Ferreira dos Santos, como suplente;

V - do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:

- a) Iara Bueno Giacomini, como titular; e
- b) Alexandre Resende Tofeti, como suplente;

VI - do Ministério de Minas e Energia:

- a) Guilherme Silva de Godoi, como titular; e
- b) Wilson Rodrigues de Melo Junior, como suplente; e

VII - da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente:

- a) Igor Klaus Pinheiro Cavalcante Silva, como titular; e
- b) Ivens Barboza Leão, como suplente.

Equipe Técnica de suporte à Secretaria-Executiva para os Comitês:

Ramille Soares de Paula

Giuliana Correa

Sumário

Carta do Presidente do CPR São Francisco e Parnaíba	1
I. Histórico de atuação do CPR São Francisco e Parnaíba, 2022-2024	4
II. Estratégia e Objetivos para aplicação dos recursos	6
Indicadores e metas globais	8
Riscos	10
III. Plano de trabalho - CPR São Francisco e Parnaíba, 2022-2024	11
Síntese do Plano de Trabalho	12
Priorização de investimentos	17
IV. Síntese do Relatório da Auditoria Independente	22
V. Considerações Finais	25
Referências Bibliográficas	27
Anexos	27
I-Planilhas de Detalhamento das ações previstas no Plano de Trabalho CPR São Francisco e Parnaíba	27
II-Resoluções	27
III-Atas	28
IV-Relatório da Auditoria Independente	28

Carta do Presidente do CPR São Francisco e Parnaíba

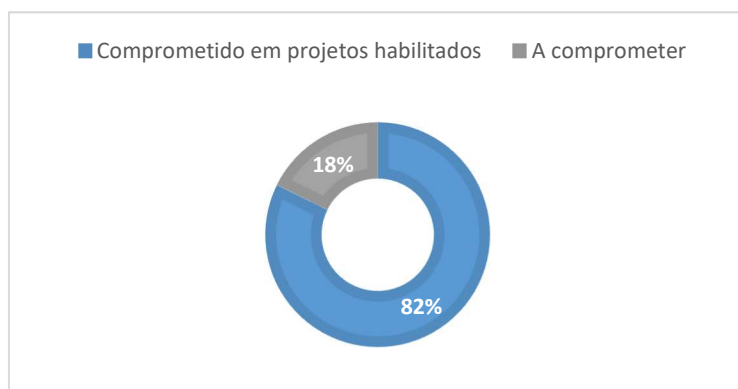
Diante da atribuição dada pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, regulamentou a criação das contas bancárias destinadas ao depósito de parte dos recursos oriundos do processo de desestatização da Eletrobras com o objetivo de promover ações de revitalização dos recursos hídricos nas regiões definidas pela Lei, além de instituir os comitês responsáveis por aprovar a destinação dos recursos dessas contas. Após a reforma administrativa de 2023, foi editado o Decreto nº 11.653, de 23 de agosto de 2023, definindo os representantes atuais dos comitês, que, para São Francisco e Parnaíba, é constituído pelo MIDR, MAPA, MMA, MME, MCidades, Casa Civil da Presidência da República e pela Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema).

Em que pese a complexidade dessa tarefa de gerir parte dos recursos oriundos do processo de desestatização da Eletrobras, para que sejam destinados à implementação de ações de revitalização de bacias hidrográficas, os Comitês estão cumprindo sua atribuição de habilitar ações que tenham como objetivo a recarga das vazões afluentes e ampliação da flexibilidade operativa dos reservatórios das hidrelétricas, sem prejudicar o uso prioritário e o uso múltiplo dos recursos hídricos.

Em observância à exigência contida no art. 3º da Portaria Normativa CGU nº 137, de 3 de julho de 2024, apresento o Relatório de Prestação de Contas do CPR São Francisco e Parnaíba, o qual contempla as atividades do Comitê realizadas entre janeiro de 2023 e junho de 2024.

Atendendo a exigência legal, a Eletrobras depositou, dentro do prazo legal, os recursos referentes às parcelas anuais de 2023 e 2024, que somadas aos rendimentos, resultam num saldo disponível de R\$ 782.068.590,22, dos quais 82% ou R\$ 642.989.826,68 representam ações que foram habilitadas pelo Comitê no período para procedimentos de contratação (Figura 1.)

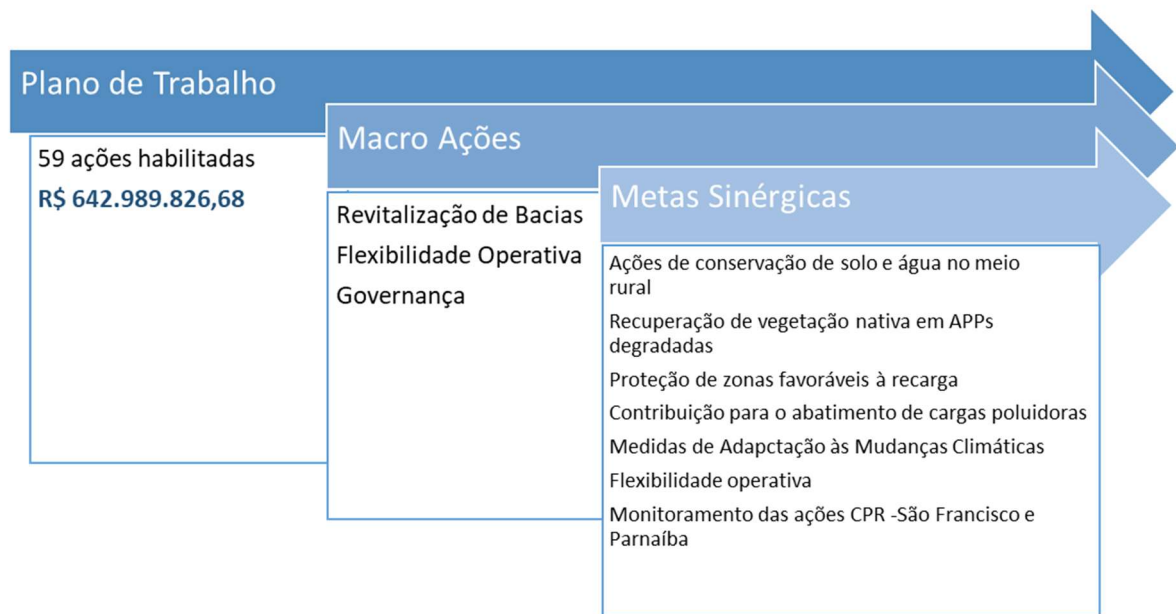
Figura 1 – Percentual de recursos comprometidos em projetos habilitados em relação a total disponibilizado, posição de 30/6/2024.



Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, julho/24.

Desde o início de suas atividades, em agosto de 2023, os colegiados aprovaram 59 ações que vão beneficiar as bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, distribuídas em três macro ações, que objetivam atender a revitalização de bacias, a flexibilização operativa e a governança dos recursos da CPR São Francisco e Parnaíba.

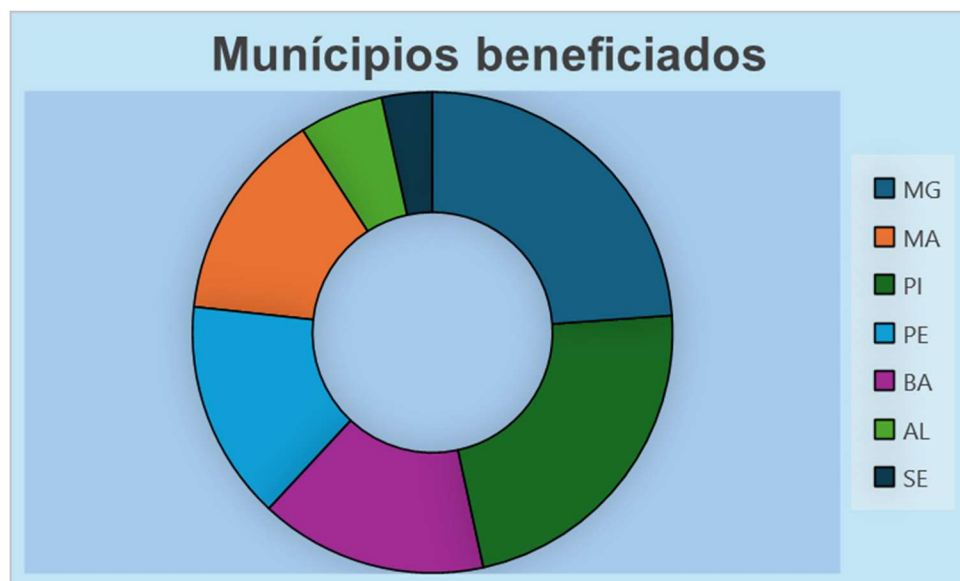
Figura 2 – Ações e metas do Plano de Trabalho.



Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, julho/24.

As ações estão distribuídas em seis estados, contemplando 184 municípios em 7 sub-regiões hidrográficas distintas.

Figura 3 – Distribuição geográfica das ações por macro ações e municípios, jun/2024.



Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, julho/24.

Os 59 projetos aprovados até o momento representam também um comprometimento de 58% do orçamento de 2024, 27% do orçamento de 2025, 12% do orçamento de 2026 e 3% do orçamento previsto para 2027 (Quadro 1).

Quadro 1 –Percentual de orçamento comprometido com projetos aprovados, por ano.

2024	2025	2026	2027
R\$ 372.414.229,84	R\$ 175.464.375,72	R\$ 78.077.295,00	R\$ 17.033.926,33
58%	27%	12%	3%

Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, julho/24.

Este Relatório busca apresentar o trabalho realizado pelo Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba, no período 01 de janeiro de 2023 a 30 de junho de 2024, destacando o planejamento estratégico e as ações aprovadas para execução neste biênio.

Espera-se que o investimento realizado em projetos de revitalização dos recursos hídricos e flexibilização operativa, uma vez implementados, possam ampliar a disponibilidade hídrica para os diversos usos.

Giuseppe Serra Seca Vieira

I. Histórico de atuação do CPR São Francisco e Parnaíba, 2022-2024.

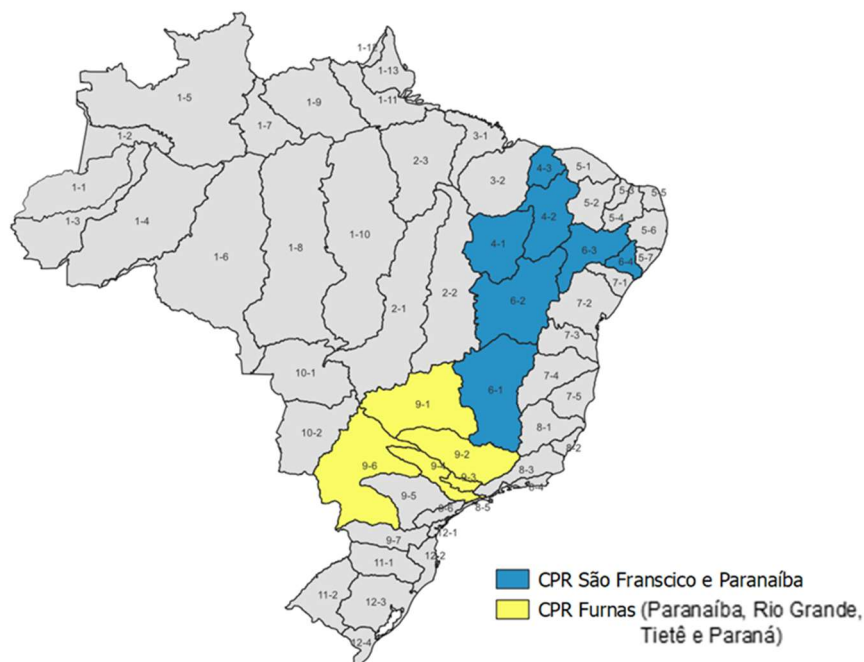
Em 12 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e traz, como uma das condições para a desestatização da Eletrobras, o desenvolvimento de projetos que comporão os programas de revitalização dos recursos hídricos das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e de projetos de revitalização na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas.

Os referidos programas de revitalização são tratados com mais detalhes nos arts. 6º e 8º da Lei, e indicam que a forma de aplicação do valor e a definição dos projetos que comporão os respectivos programas de revitalização serão estabelecidos por comitê gestor, presidido por representante indicado pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

O Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, atualizado para nova composição ministerial pelo Decreto nº 11.653, de 2023, dispõe sobre os programas de revitalização dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas na área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas. A figura 3 indica a área de atuação geográfica dos Comitês Gestores.

A definição da área de abrangência do CPR-Furnas é baseada na Nota Técnica nº 23/2023/CGHI/DDOS/SNEE, emitida pelo Ministério de Minas e Energia.

Figura 3. Área de atuação geográfica dos Comitês Gestores, 2024.



Fonte: PRR/2023.

Este Decreto fixa ainda os conceitos de revitalização dos recursos hídricos e aponta as diretrizes de planejamento e de ações de revitalização de recursos hídricos a apoiar:

“Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se revitalização dos recursos hídricos como o conjunto de ações destinadas à preservação, à conservação e à recuperação de áreas prioritárias onde os recursos hídricos estejam em situação de vulnerabilidade, com vistas a atender, quantitativa e qualitativamente, os usos múltiplos da água, a provisão dos serviços ecossistêmicos e a melhoria das condições socioambientais, cuja unidade territorial de planejamento será a bacia hidrográfica, conforme estabelecido no inciso V do caput do art. 1º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 3º São diretrizes para o planejamento e o desenvolvimento de ações de revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas:

- I - o favorecimento da infiltração de água no solo;
- II - a redução do carreamento de sólidos pelo escoamento superficial;
- III - o uso consciente e o combate ao desperdício no uso da água;
- IV - a recarga de aquíferos adequada;
- V - o combate à poluição dos recursos hídricos;
- VI - a prevenção e a mitigação de regimes de escoamento superficial extremos;
- VII - a promoção das condições necessárias para disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos;
- VIII - a adoção de análises territoriais e integradas; e
- IX - a disseminação da informação, do conhecimento e das boas práticas de conservação da água e do solo para influenciar costumes, valores, atitudes e hábitos dos cidadãos e da sociedade em relação à importância dos recursos hídricos.”

Conforme artigo 7º, o Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba é composto pelos seguintes membros:

“Art. 7º Fica instituído o Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba, no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, composto por representantes dos seguintes órgãos e entidade:

- I - dois do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, um dos quais o presidirá; (Redação dada pelo Decreto nº 11.653, de 2023)
- II - um da Casa Civil da Presidência da República; (Redação dada pelo Decreto nº 11.653, de 2023)
- III - um do Ministério da Agricultura e Pecuária; (Redação dada pelo Decreto nº 11.653, de 2023)
- IV - um do Ministério das Cidades; (Redação dada pelo Decreto nº 11.653, de 2023)
- V - um do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; (Redação dada pelo Decreto nº 11.653, de 2023)
- VI - um do Ministério de Minas e Energia; e (Incluído pelo Decreto nº 11.653, de 2023)

A Portaria SE/MIDR nº 3.748, de 05 de dezembro de 2023, alterada recentemente pelas portarias SE/MIDR nº 1156, de 09 de março de 2024 e SE/MIDR nº 1.469, de 08 de maio de 2024, designa os membros para o CPR São Francisco e Parnaíba, e se encontra disponível em anexo, bem como na página dos Comitês Gestores no sítio do [Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/ministerio-da-integracao)

Destaca-se ainda que, no período de 2022, houve alteração presidencial, ensejando modificações no âmbito da estrutura federal, ocasionando necessidades de adaptação dos membros dos Comitês à nova representação setorial. Houve também a inclusão de representantes da Casa Civil da Presidência da República, que não compunha o Comitê originalmente. Desse modo, explica-se a lacuna de reuniões de entre outubro de 2022 e 2023. O quadro 2 sintetiza as atividades realizadas pelos Comitês no período vigente. O acesso às atas se encontra disponível no anexo a este relatório.

Quadro 2 – Reuniões, ordinárias e extraordinárias dos Comitês Gestores, até julho de 2024.

Data	Tipo de reunião
24/11/2022	Reunião Conjunta dos Comitês
15/12/2022	Reunião Conjunta dos Comitês
21/12/2023	Reunião Extraordinária- CPR Furnas
26/10/2023	Reunião Conjunta Ordinária
10/11/2023	Reunião Conjunta Extraordinária
27/11/2023	Reunião Conjunta Extraordinária dos Comitês
21/12/2023	Reunião Conjunta Extraordinária dos Comitês
30/01/2024	Reunião Conjunta dos Comitês
11/03/2024	Reunião Conjunta Extraordinária dos Comitês
21/03/2024	Reunião Conjunta Extraordinária dos Comitês
29/04/2024	Reunião Conjunta dos Comitês
29/05/2024	Reunião Conjunta dos Comitês
12/06/2024	Reunião Conjunta Extraordinária dos Comitês
28/06/2024	Reunião Conjunta Ordinária
21/02/2024	Reunião Conjunta Ordinária dos Comitês Gestores
17/07/2024	Reunião Conjunta Ordinária dos Comitês Gestores

Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, julho/24.

II. Estratégia e Objetivos para aplicação dos recursos

Para a estratégia de aplicação dos recursos, além das considerações de diretrizes do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, elaborou-se a Resolução nº 2, de 28 de dezembro de 2023, que dispõe sobre procedimentos para elaboração e execução do Plano de Trabalho de que trata o art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021. Nela, são apresentados os documentos de referência técnica para embasamento das propostas e projetos:

“Art. 3º. O desenvolvimento de ações de revitalização dos recursos hídricos deve ser orientado por estratégia coordenada, que integre os projetos, concentrando a implementação em sub-bacias prioritárias, ou seja, com criticidade ou vulnerabilidade hídrica reconhecidas, visando obter resultados sinérgicos, ganho de escala e impacto positivo relevante e passível de monitoramento, observando as seguintes diretrizes:

- I - o favorecimento da infiltração de água no solo;
- II - a redução do carreamento de sólidos pelo escoamento superficial;
- III - o uso consciente e o combate ao desperdício no uso da água;
- IV - a recarga de aquíferos adequada;
- V - o combate à poluição dos recursos hídricos;
- VI - a prevenção e a mitigação de regimes de escoamento superficial extremos;
- VII - a promoção das condições necessárias para disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos;
- VIII - a adoção de análises territoriais e integradas;
- IX - a disseminação da informação, do conhecimento e das boas práticas de conservação da água e do solo para influenciar costumes, valores, atitudes e hábitos dos cidadãos e da sociedade em relação à importância dos recursos hídricos;
- X - a redução da criticidade ou vulnerabilidade hídrica levando em consideração os documentos produzidos no âmbito do SINGREH;
- XI - a possibilidade de resolução das causas primárias das criticidades ou vulnerabilidades hídricas, e levando em consideração a dimensão sistêmica da bacia hidrográfica;
- XII - a integração com outras políticas públicas das áreas alvo;
- XIII - a apresentação de metas e indicadores correspondentes;
- XIV - a possibilidade de promoção da integração da paisagem e a formação de corredores ecológicos, no que couber;
- XV - as intervenções em propriedades privadas deverão apresentar o relevante interesse público.
- XVI - a possibilidade de mobilização social para a sustentabilidade dos resultados ao longo do tempo.

§ 1º As propriedades rurais objeto de ações deverá estar inseridas no Cadastro Ambiental Rural - CAR e, quando cabível, nos sistemas estaduais de regularização ambiental.

§ 2º As ações voltadas às propriedades rurais poderão considerar a adoção de iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais.

Art. 4º São documentos de referência para apresentação de propostas e projetos:

I - Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, disponível em: <s://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/plano-nacional-de-recursos-hidricos-1>

II - Texto-base do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas - PNRBH,

disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/bacias-hidrograficas>

III - Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização das Usinas Hidrelétricas do País

- PRR, disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-nacional-energia-eletrica/plano-de-recuperacao-de-reservatorios-prr>;

IV - Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, disponível em: <https://www.cbhgrande.org.br/pirh>

V - Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab, disponível em <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab>

VI - Programa Nacional de Saneamento Rural - PNSR, disponível em: https://www.funasa.gov.br/biblioteca-eletronica/publicacoes/engenharia-de-saude-publica/-/asset_publisher/ZM23z1KP6s6g/content/programa-nacional-de-saneamento-rural-pnsr-?inheritRedirect=false

VII - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado, disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/consultapublica-ppcerrado>

VIII - Estudo da Universidade Federal de Viçosa - UFV contendo a Metodologia de Priorização de Áreas Para Recuperação Ambiental nas Cabeceiras Seleccionadas das Bacias dos Rios Grande, Paranaíba, São Francisco e Parnaíba, disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/comites-gestores-das-contas-dos-programas-de-revitalizacao-dos-recursos-hidricos/comites-gestores-das-contas-dos-programas-de-revitalizacao-dos-recursos-hidricos>

IX - Planos estaduais de recursos hídricos.”


Nota-se que o CPR São Francisco e Parnaíba é um colegiado multisetorial, visando a transversalização do tema revitalização e que a estratégia de aplicação dos recursos ocorra de forma a considerar as políticas setoriais citadas na referida resolução. Assim, entende-se esta constituição do CPR como um importante vetor à criação de sinergias entre os projetos na bacia e sub-bacias para a obtenção de recursos financeiros a projetos estratégicos apresentados por cada membro no âmbito do Comitê.

Indicadores e metas globais

A definição de metas e indicadores para ações de revitalização dos recursos hídricos é um grande desafio diante de intervenções das mais variadas naturezas que contribuem para esse fim.

O art. 3º do Decreto nº 10.838/2021 indica claramente essa gama de diferentes intervenções possíveis, que vão desde programas de educação ambiental a obras complexas de engenharia destinadas a ampliar a flexibilidade operativa dos reservatórios.

Diante desse desafio, o MIDR firmou uma parceria com a Universidade Federal de Viçosa, em 2021, para a construção de uma metodologia de priorização de áreas para recuperação ambiental, com a definição de critérios que permitissem uma análise de variáveis do meio físico, biótico, social e econômico, que quando analisadas de forma integrada, produzissem diferentes alternativas de ações.



Como resultado foi proposto o Índice de Vulnerabilidade Socioambiental (IVSA), que integra o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e o Índice de Vulnerabilidade Ambiental (IVA).

A princípio, definiu-se as cabeceiras dos rios São Francisco, Parnaíba, Paranaíba e Grande (MG/SP) como as áreas objeto dos estudos de desenvolvimento do Índice. Porém, os estudos de mapeamento vão prosseguir até que todas as áreas contempladas pela Lei nº 14.182/2021 sejam mapeadas.

O Índice de Vulnerabilidade Socioambiental (IVSA) identifica, de forma integrada, os elementos de maior vulnerabilidade ambiental e socioeconômica que caracterizam uma bacia hidrográfica. O IVSA é composto pela média ponderada dos índices de Vulnerabilidade Ambiental (IVA) e o de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) que serão apresentados a seguir.

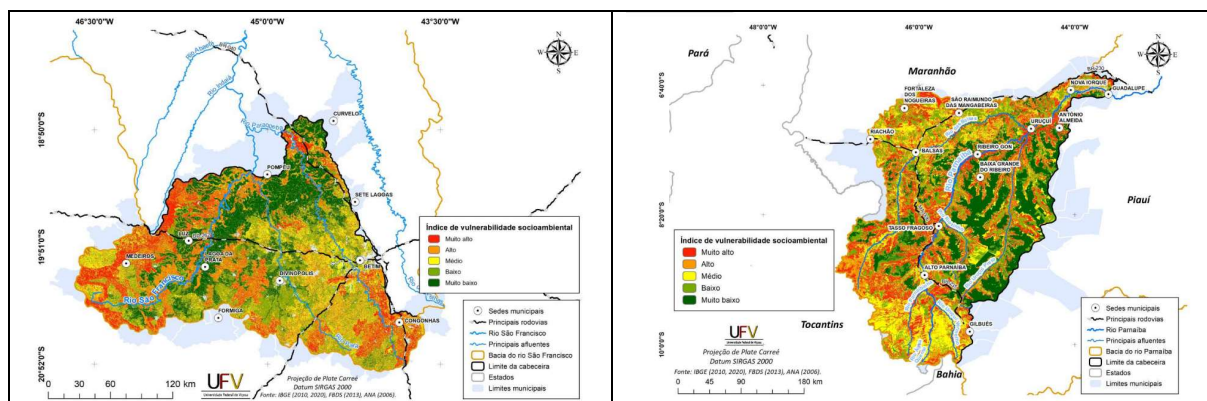
Assim, a construção do Índice de Vulnerabilidade Ambiental (IVSA) é uma tentativa de suprir a falta de um indicador global para a medição do impacto e da eficiência de uma gama de intervenções tão diversas na área contemplada pela CPR-São Francisco e Parnaíba.

Portanto, não é possível, ainda, decidir quanto à sua adoção pelo comitê, diante da incerteza quanto à natureza das ações que serão aprovadas pelo colegiado, considerando as diretrizes do Decreto 10.838/2021 e Resolução 02/2024 CPR-São Francisco e Parnaíba. É importante destacar que os estudos em andamento e a definição do índice não devem comprometer a avaliação dos projetos já em análise por este comitê, considerando a urgência e a imprescindibilidade da execução de projetos estruturantes nas bacias abrangidas por este grupo.

A metodologia para apuração do indicador IVSA, foi desenvolvida junto à Universidade Federal de Viçosa e utilizará ferramentas de geoprocessamento e sensoriamento remoto, com a aplicação de ferramentas que possibilitem a automatização de etapas do processo, conforme detalhamento apresentado.

De modo a exemplificar os resultados esperados para o indicador IVSA, a figura 6 apresentada a seguir traz os Mapas do Índice de Vulnerabilidade Socioambiental – IVSA elaborado para as Cabeceiras das bacias do rio São Francisco e do rio Parnaíba, no âmbito de Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

Figura 6 Mapa de classes do Índice de Vulnerabilidade Socioambiental (IVSA) da sub-bacias da cabeceira da bacia hidrográfica do rio São Francisco e do Rio Parnaíba.



Fonte: UFV, 2023

Foi apurado através de um estudo da área das cabeceiras das bacias estabelecidas como prioritárias, abrangendo 30% da área total de influência da Lei 14.182/2021. Os relatórios podem ser acessados pelo link, disponível na página do Comitês Gestores das Contas dos Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos, no portal do MIDR.

Riscos

No âmbito da análise estratégica, considera-se que a CPR São Francisco e Parnaíba oportuniza, por sua composição multissetorial, o acesso de uma vasta gama de políticas transversais associadas à revitalização e que as discussões sejam realizadas considerando as observações técnicas dos setoriais sobre as propostas técnicas apresentadas. Assim, entende-se esta constituição do CPR como um importante vetor à criação de sinergias entres os projetos na bacia e sub-bacias para a obtenção de recursos financeiros a projetos estratégicos apresentados por cada membro no âmbito do Comitê.

Dentre os riscos associados ao planejamento 2022-24, considera-se que o principal é a diferença de valores entre o previsto na proposta e o efetivamente encontrando após a elaboração do termo de referência pela Eletrobras, devido às diversas características das propostas apresentadas. Dessa feita, enquanto mitigação ao risco, instituiu-se a apresentação da proposta após concluída a orçamentação ao CPR São Francisco e Parnaíba, conforme artigo 8º Resolução nº 2/2024, como forma de validação dos projetos para prosseguimento, visando melhor administração dos impactos orçamentários e financeiros.

Considera-se ainda que a característica das ações de revitalização é de longo prazo para verificação de resultados e impactos, o que poderia levar a uma impressão falaciosa dos impactos dos recursos. Como perspectivas para a continuidade dos trabalhos do CPR São Francisco e Parnaíba, tem-se a possibilidade da construção do sistema de monitoramento das ações que poderá aprimorar os indicadores de revitalização, tendo em vista que cada projeto possui especificidades diversas, a exemplo de biomas, grau de vulnerabilidade da sub-bacia, metodologia de execução, e outros.

III. Plano de trabalho - CPR São Francisco e Parnaíba, 2022-2024.

Na Resolução nº 2/2024, encontram-se dispostas as regras para a elaboração do Plano de Trabalho. Além das diretrizes e documentos de referências já citados no capítulo anterior, os artigos 7º a 11 identificam procedimentos e fluxos para apresentação de projetos no âmbito do Comitê.

“Art. 7º O Plano de Trabalho estabelecerá a distribuição anual de valores a serem buscados no período, observando o disposto nos arts. 3º, 5º e 6º desta resolução.

Art. 8º O Comitê Gestor aprovará anualmente Plano de Trabalho, composto pela relação de propostas e de projetos estabelecidos conforme os seguintes procedimentos:

I - Os membros do Comitê Gestor poderão apresentar propostas e projetos à Secretaria Executiva, conforme modelos dos Anexos I e II;

II - A Concessionária de geração de energia elétrica deve apresentar propostas e projetos à Secretaria Executiva, conforme modelos dos Anexos I e II;

III - A Secretaria Executiva dará conhecimento aos membros do Comitê Gestor, do conjunto de propostas e de projetos recebidos e pautará para apreciação e deliberação, em reunião ordinária ou extraordinária, conforme previsão em Regimento Interno;

IV - As propostas habilitadas em deliberação pelo Comitê Gestor, deverão compor o Plano de Trabalho, com definição de prazo para que a Concessionária de geração de energia elétrica realize seu detalhamento em Projeto, conforme modelo do Anexo II; e

V - Os projetos devem ser submetidos para nova apreciação do Comitê Gestor e havendo deliberação positiva, ser incluídos no Plano de Trabalho para execução das ações aprovadas.

§ 1º A aprovação de projetos pelo Comitê Gestor fica condicionada à análise prévia da auditoria independente e ao enquadramento em pelo menos uma das disposições constantes dos arts. 3º, 5º ou 6º desta Resolução.

§ 2º Excepcionalmente a aprovação do projeto poderá ser feita sem a análise prévia da auditoria independente mediante justificativa aprovada pelo Comitê Gestor.

§ 3º As propostas deverão obedecer ao modelo do Anexo I e os projetos o modelo do Anexo II.


Art. 9º Os Planos de Trabalho aprovados pelo Comitê Gestor deverão ser implementados pela concessionária de geração de energia elétrica, em conformidade com os cronogramas e seus resultados aferidos pela auditoria independente.

Art. 10 O Plano de Trabalho será elaborado anualmente, preferencialmente no primeiro semestre de cada ano, consolidando as propostas de ações e os projetos aprovadas por deliberação do Comitê Gestor.

§ 1º O Plano de Trabalho poderá ser atualizado a qualquer tempo.

§ 2º O Plano de Trabalho e suas atualizações deverão ser aprovados por meio de resoluções do Comitê Gestor, com o extrato publicado no Diário Oficial da União e o texto integral disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Art. 11 O Presidente do Comitê Gestor deve encaminhar o Plano de Trabalho aprovado e suas eventuais revisões à concessionária de geração de energia elétrica e à auditoria independente, visando as tratativas subsequentes para sua implementação.



Art. 12 A concessionária de geração de energia elétrica deverá disponibilizar sistema informatizado para acompanhamento das ações e enviar relatório trimestral com a evolução dos trabalhos relacionados às propostas e projetos ao Comitê Gestor, para conhecimento.”

Para a priorização das ações foram utilizados, como documentos de referência, o Plano Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas (PNRBH), o Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País (PRR) e o Estudo da UFV quanto à definição das áreas prioritárias associadas à recarga hídrica.

O primeiro Plano de Trabalho da CPR São Francisco e Parnaíba foi elaborado e publicado em 28 de dezembro de 2023, cuja última atualização está disponível na Resolução nº 4, de 21 de março de 2024 (anexa), que aprova, até aquela data, o planejamento das ações que gerem recarga das vazões afluentes e ampliem a flexibilidade operativa dos reservatórios, conforme estabelecido pelo Comitê Gestor e previsto no Art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

Informa-se que está em tramitação a publicação da Resolução nº 5, de 2024, para a atualização do Plano de Trabalho com a publicização dos novos projetos aprovados pelo CPR São Francisco e Parnaíba, apresentas em reunião realizada no dia 17/07/2024. Os projetos aprovados incluem as propostas do sistema de barragens do alto São Francisco contemplando as barragens Santo Hipólito, Paracatu, Caatinga, Rio do Sono e Urucuia, além do Sistema de Monitoramento das ações aprovadas pelo Comitê e a Expansão da Rede Telemétrica do INMET.

Considerando a recente contratação da Auditoria Independente, ocorrida em maio de 2024, a seleção de propostas ocorreu conforme o art. 8º, §2º da Resolução nº 2/2023, mediante justificativa aprovada pelo Comitê Gestor, apresentada conforme os anexos I e II da Resolução.

Informa-se ainda o desenvolvimento de Sistema informatizado por parte da Eletrobras, para que seja possível acompanhamento das ações após a aprovação dos projetos, além do monitoramento das etapas de implementação individualizadas. Conforme informação da Eletrobras, o Sistema Clarity entrou em operação no dia 26/07/2024.

Síntese do Plano de Trabalho

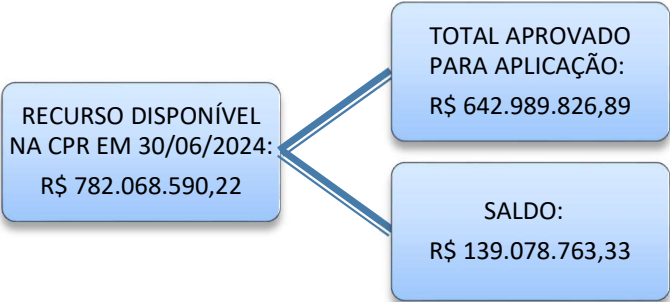
Com relação ao plano de trabalho vigente, apresenta-se a síntese das informações disponíveis no Anexo I deste Relatório, no qual se apresentam as ações habilitadas para a contratação pela Eletrobras. No Anexo I, são listadas em detalhe as propostas, o órgão proponente, o(s) município (s) beneficiado (s) e seu respectivo Estado, o valor aprovado, o percentual do projeto em relação ao valor disponível na conta em 30 de junho de 2024, o enquadramento da ação e o principal plano de referência que terá contribuição em suas metas.

Cabe ressaltar, que o plano de trabalho visou a sinergia entre as diversas políticas públicas relacionadas ao tema, no entanto, para fins de acompanhamento do suporte às metas destas políticas identificou-se o plano/programa com maior pluralidade e abrangência de ações,

como o Texto-base do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas, o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o Plano de Recuperação de Reservatórios.

O recurso disponível compreende o valor dos depósitos anuais de R\$ 350.000.000,00, dos anos de 2023 e 2024, incluídos os rendimentos de aplicações financeiras que somam R\$ 54.303.986,16, e o reajuste pelo IPCA que soma R\$ 23.009.146,36 (Data base: junho/2022). Desta forma, na figura 7 tem-se os valores referências do Plano de Trabalho em julho de 2024.

Figura 7– Resumo dos valores da CPR São Francisco e Parnaíba em julho de 2024.

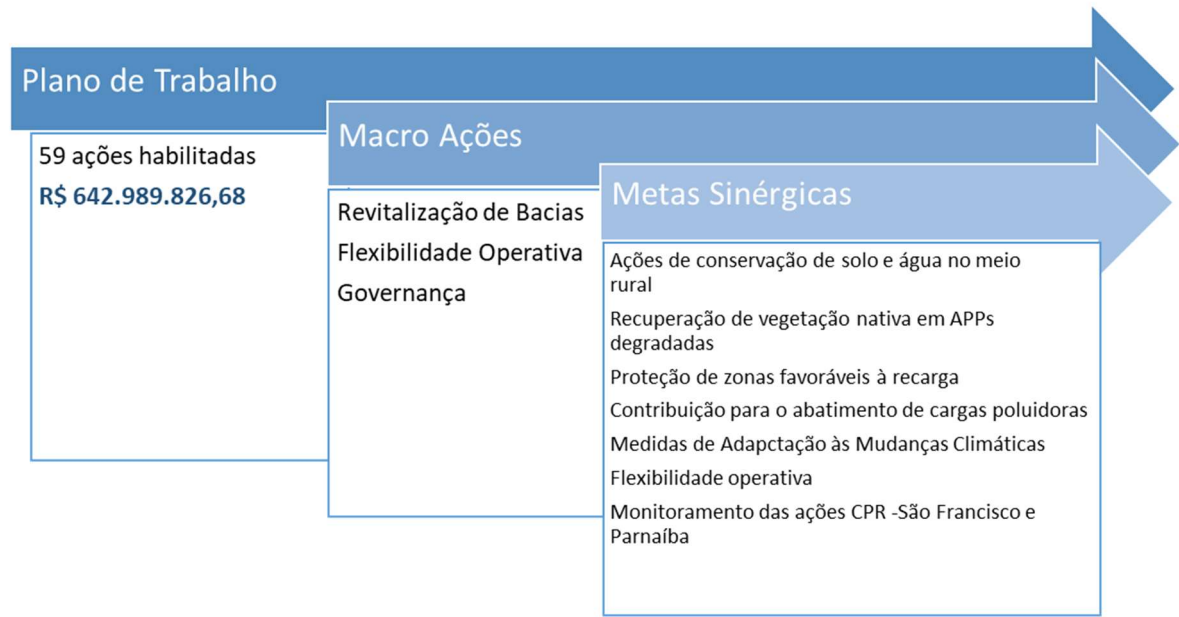


Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2024.

As ações do Plano de Trabalho foram enquadradas em macro ações de Revitalização de Bacias, Flexibilidade Operativa e Governança. Cada ação foi vinculada a uma política pública de referência, conforme o art 4º da Resolução nº 02/2023 do CPR.

Identificou-se a meta mais aderente à ação, denominada de “Meta Sinérgica”, visando o acompanhamento da ação e seu impacto na política apoiada. Na figura 8 é apresentada a síntese das ações habilitadas no período.

Figura 8– Ações e metas do Plano de Trabalho.



Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2024.

O plano de trabalho concentrou-se em ações estratégicas para os órgãos membros, sendo a revitalização de bacias a macro ação que obteve maior aporte de recursos, como pode ser visto em valores no quadro 3 e na figura 9.

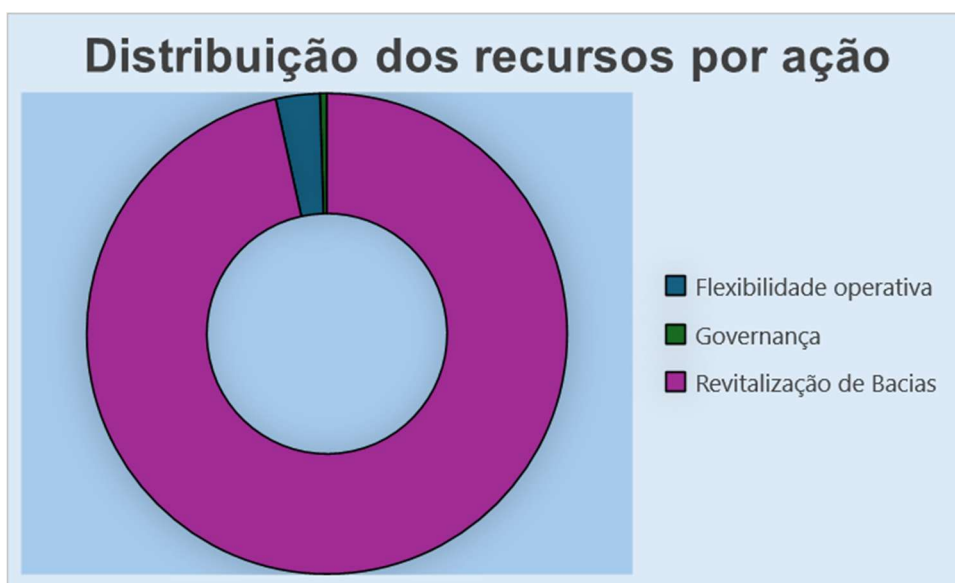
Quadro 3 – Distribuição dos recursos por macro ação, até a data de 29 de julho de 2024.

Macro Ação	Recurso habilitado
Flexibilidade operativa	R\$ 18.985.594,35
Governança	R\$ 3.048.196,99
Revitalização de Bacias	R\$ 620.956.035,34

Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2024.

Na figura 9 é ilustrada a distribuição dos recursos por ação.

Figura 9 – Síntese da distribuição dos recursos por ações, até a data de 29 de julho de 2024.



Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2024.

As ações habilitadas no Plano de trabalho foram definidas com estratégia coordenada, integrando os projetos, visando obter resultados sinérgicos, ganho de escala e impacto positivo relevante. As três macro ações são complementares, tendo a governança papel fundamental para a definição de novas ações, assim como o monitoramento e avaliação do Plano de Trabalho vigente.

Para a meta Flexibilidade Operativa, suas ações correspondentes tiveram como referência principal o Plano de Recuperação de Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País (PRR), que contempla ações voltadas à promoção da segurança hídrica e energética no país, a serem desenvolvidas sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia, em atendimento ao dispositivo no Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021 que definiu diretrizes para o Poder Executivo elaborar o referido plano.

Para a meta Governança, a ação de Monitoramento das Ações visa a implementação de um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para AVALIAR, DIRECIONAR E MONITORAR a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, conforme Decreto nº 9.203/2017, incluindo a auditoria independente contratada em observância ao Decreto nº 10.838/2021.

Para a meta Revitalização de bacias, as demais ações tem como referência principal o Texto-base do Plano Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas - PNRBH, que tem como objetivo a formulação de diretrizes e estratégias, assim como viabilizar um conjunto de ações integradas de preservação, conservação e recuperação das bacias hidrográficas para promover o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e o aumento da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, para os mais diversos usos. Cabe ressaltar que o PNRBH reuniu metas de políticas similares, e desta forma, as metas somam-se a outros planos setoriais.

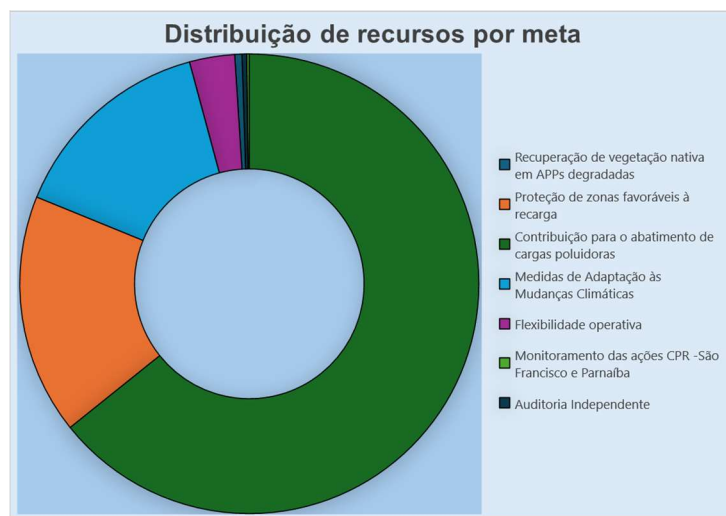
As metas relativas à alocação dos recursos previstos para cada meta sinérgica no Plano de Trabalho são sintetizadas no quadro 4 e figura 10.

Quadro 4 – Recursos por metas, junho de 2024.

Macro ação	Meta	Recursos
Revitalização de Bacias	Ações de conservação de solo e água no meio rural	R\$ 47.131.867,74
	Recuperação de vegetação nativa em APPs degradadas	R\$ 3.000.000,00
	Proteção de zonas favoráveis à recarga	R\$ 100.742.498,01
	Contribuição para o abatimento de cargas poluidoras	R\$ 382.809.669,59
	Medidas de Adaptação às Mudanças Climáticas	R\$ 87.272.000,00
Flexibilidade operativa	Flexibilidade operativa	R\$ 18.985.594,35
Governança	Monitoramento das ações CPR -São Francisco e Parnaíba	R\$ 1.103.311,99
	Auditoria Independente	R\$ 1.944.885,00

Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2024

Figura 10 – Distribuição de recurso por meta associada, junho/ 24.



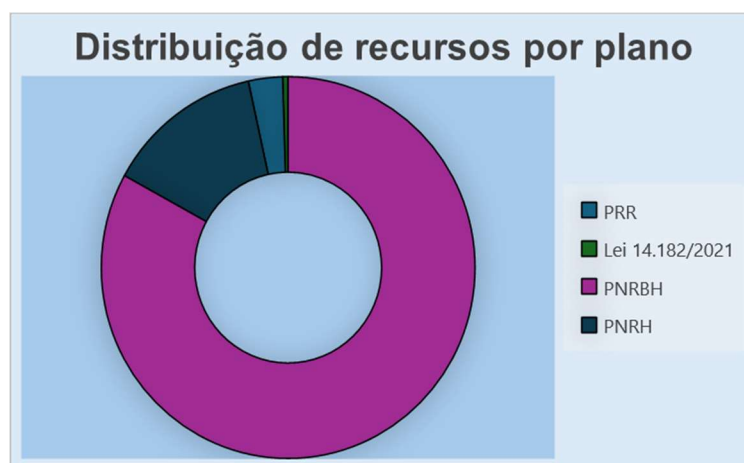
Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2024

As ações do Comitês Gestor visando a recarga afluente e flexibilidade operativa contribuem diretamente para metas de outros Planos, Programas e Políticas Públicas que regem os normativos sobre o tema.

Para tanto, dentre os documentos de referência, identificou-se aqueles onde as ações aprovadas teriam maior aderência em relação às metas estipuladas nestes documentos.

Portanto, neste Plano de Trabalho, as ações que o compõe terão maior contribuição no Plano Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas-PNRBH, no Plano de Recuperação de Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País - PRR e no Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, além de condicionantes da Lei 14.182/2021 como a ação de “Contratação da Auditoria Independente” e a ação de monitoramento das ações visando suporte à governança dos Comitês. Os planos/programas beneficiados são apresentados na figura 11.

Figura 11 – Distribuição dos recursos por plano, junho/2024.



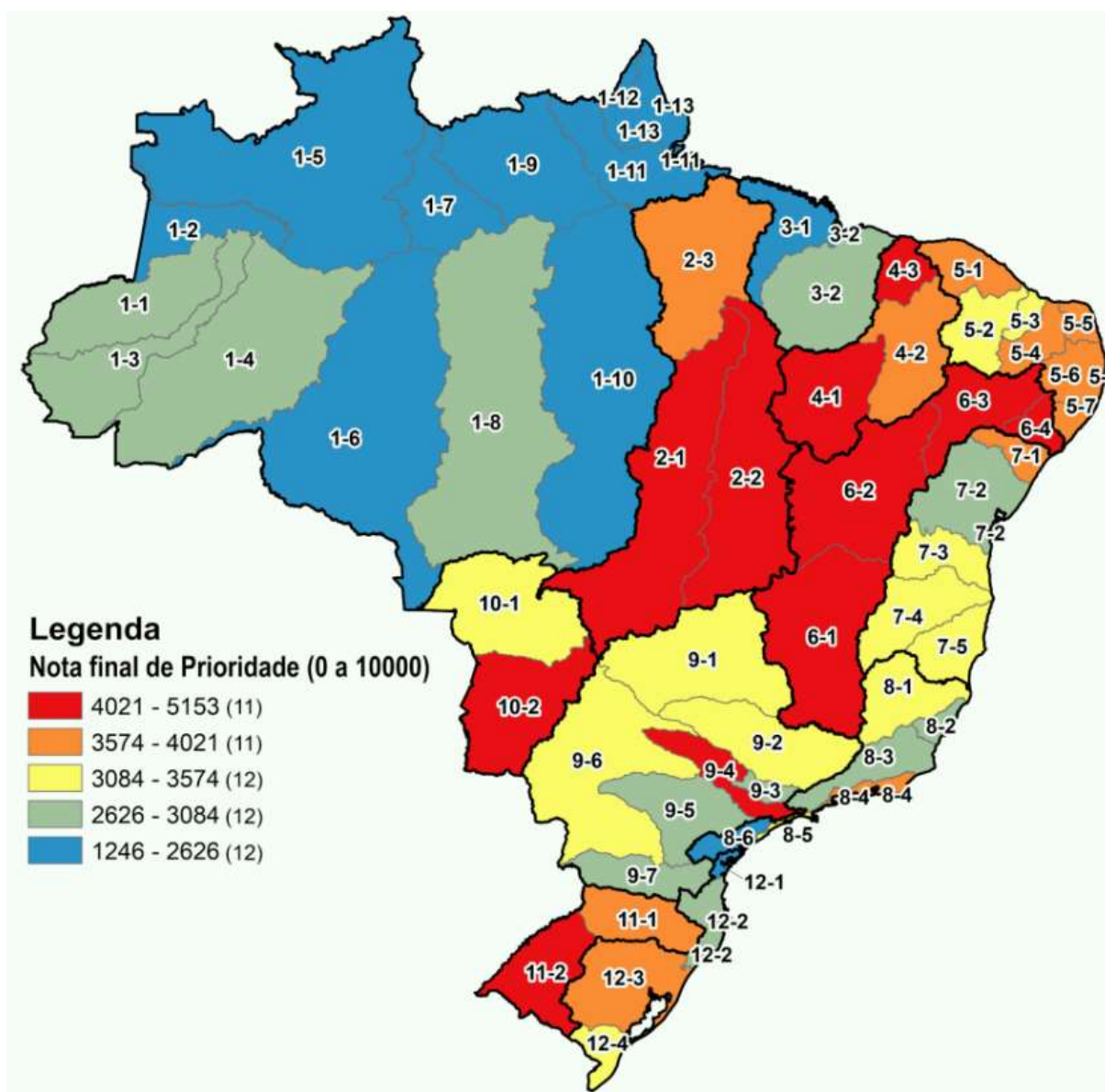
Fonte: Secretaria Executiva para os CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2024.

Priorização de investimentos

De acordo com o art. 3º da Resolução nº 02/2023, o desenvolvimento de ações de revitalização dos recursos hídricos deve ser orientado por estratégia coordenada, que integre os projetos, concentrando a implementação em sub-bacias prioritárias.

A priorização das sub-regiões hidrográficas foi determinada no texto-base do PNRBH e é ilustrada na figura 12.

Figura 12 – Hierarquização das sub-regiões hidrográficas, segundo o PNRHB 2022.



Fonte: PNRHB,2022.

Quadro 5 – Hierarquização das sub-regiões hidrográficas (recorte), segundo o PNRHB, 2022.

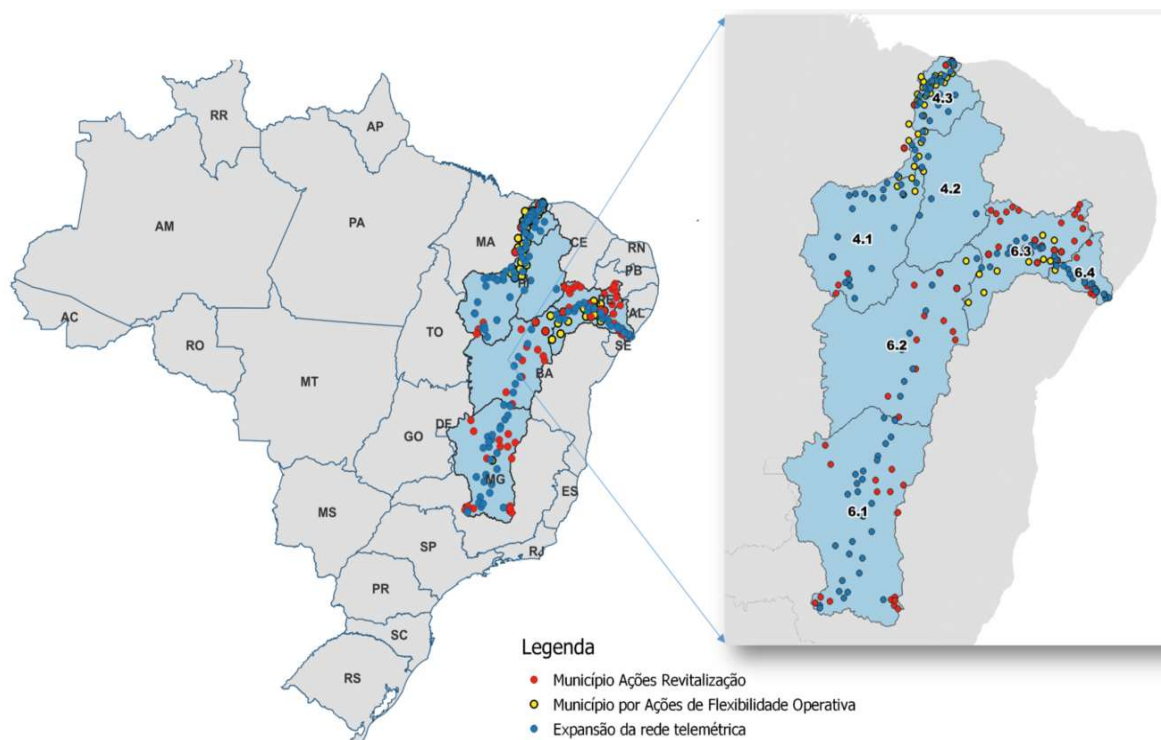
Sub-regiões hidrográficas	Nota Final	Ranking
6.2 Médio São Francisco	5153	1
6.1 Alto São Francisco	4949	2
4.1 Alto Parnaíba	4889	3
6.4 Baixo São Francisco	4882	4
6.3 Sub Médio São Francisco	4807	5
4.3 Baixo Parnaíba	4480	6
2.1 Araguaia	4343	7
10.2 Taquari - Miranda - Apa	4301	8
11.2 Médio Uruguai RS	4135	9
2.2 Alto Tocantins	4076	10
9.4 Tietê	4059	11
5.5 Estaduais RN	4021	12
5.4 Piancó - Piranhas - Açu	4017	13
7.1 Vaza Barris - Real - Sergipe	3998	14
5.7 Mundaú - Paraíba - Estaduais AL	3995	15
11.1 Alto Uruguai	3975	16
5.1 Estaduais CE/PI	3964	17
2.3 Baixo Tocantins	3924	18
5.6 Estaduais PB/PE	3754	19
8.4 Estaduais RJ	3749	20
4.2 Médio Parnaíba	3684	21

Fonte: PNRBH, 2022.

A priorização se dá a partir da definição de temas prioritários para a revitalização de bacias hidrográficas que subsidiou a aplicação do método AHP (Quadro 5). As Dimensões Ecosistêmica, Humana e Hídrica, com os maiores pesos nas dimensões, englobam temáticas bastante relevantes para a revitalização de bacias, como as Áreas de Mananciais Críticos, o Grau de Degradação das APPs, a Erosão do Solo, o Tratamento de Esgotos Domésticos Urbanos, a Carga Orgânica Remanescente e a Proteção da Recarga das Águas Subterrâneas.

Como pode ser visto na figura 13, as ações concentram-se nas regiões prioritárias definidas no texto base do PNRBH.

Figura 13 – Localização territorial das ações habilitadas no Plano de Ação, jun/24.

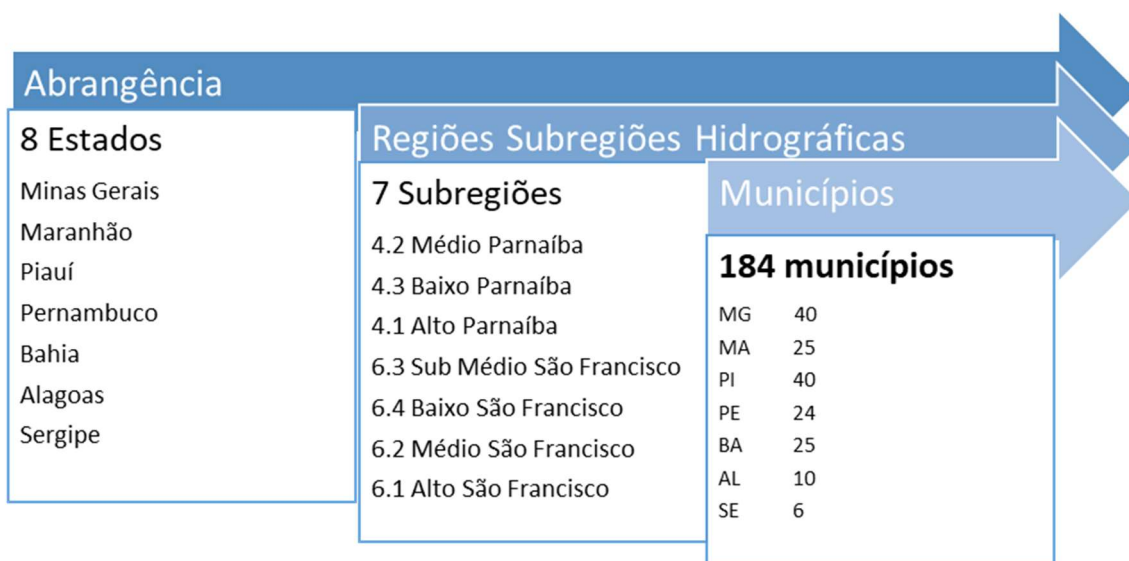


Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2024.

As ações abrangem seis estados e todas as sub-regiões hidrográficas da área da Lei 14.182/2021. Entre as macro ações de Revitalização de Bacias, Flexibilidade Operativa e a Ampliação da Rede Telemétrica do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET tem-se 184 municípios beneficiados, alguns com mais de uma macro ação.

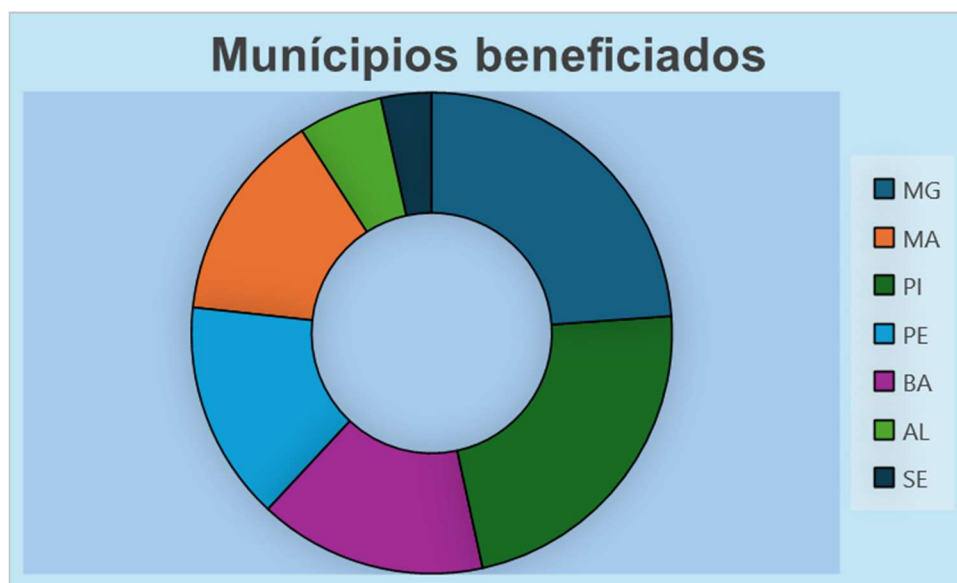
Nas figuras 14 e 15 se demostram a distribuição geográfica das ações por macro ações e municípios.

Figura 14– Distribuição geográfica das ações por macro ações e municípios, jun/2024.



Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2024.

Figura 15 – Municípios beneficiados por Estado.



Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, julho/24.

Minas Gerais é o estado com maior número de municípios beneficiados, como mostrado na figura 14, principalmente pela Expansão da Rede Telemétrica do INMET, além de se localizar na sub-região hidrográfica com prioridade 2, o Estado tem muitos municípios e grande extensão territorial. Já as Macro Ações de Revitalização de Bacias se concentraram na sub-região 6.3, principalmente com as metas de Contribuição para o abatimento de cargas poluidoras, principalmente no Piauí.

Cabe ressaltar que as ações 1.6 “Monitoramento das ações aprovadas pelos comitês” e 2.0 “Contratação de auditoria independente (art. 6º, V do Decreto nº 10.838/2021), não foram contabilizadas no levantamento dos municípios beneficiados, pois estas têm o objeto estudos ou ações indiretas que beneficiam toda a área de abrangência da CPR-São Francisco e Parnaíba. Estudos preliminares indicam um elevado nível de assoreamento do Parnaíba ao longo de todo o território Piauiense, sendo assim, imprescindível a adoção de medidas estruturantes para melhorar a navegabilidade e perenização do manancial extremamente relevante para este comitê.

As ações previstas neste plano de trabalho têm desembolso programado em acordo com o projeto apresentado pelo proponente, como pode ser visto no cronograma de desembolso do Anexo I. Na figura 16 é apresentada a síntese dos desembolsos anuais previstos das ações habilitadas até julho de 2024.

Figura 16 – Síntese do Cronograma de Desembolso



Fonte: Secretaria Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, julho/24.

IV. Síntese do Relatório da Auditoria Independente

A Resolução Nº 3, de 10 de janeiro de 2024, aprovou as Diretrizes para Contratação de Auditoria Independente de que trata o Art. 6º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, tendo sido contratada em maio de 2024, período recente, portanto.

Em seu artigo primeiro, detalham-se as atividades mínimas que deverão ser empreendidas pela auditoria independente:

“Art. 1º São diretrizes para orientar a Eletrobras quanto a contratação de Auditoria Independente, tendo em vista a necessidade do alcance pleno dos objetivos estabelecidos pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e pelo Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021:

Segunda essa Resolução, em seu artigo 1º, descrevem-se os procedimentos que a auditoria deverá contemplar: IV - os procedimentos de auditoria deverão contemplar minimamente:

- a) aspectos econômico-financeiros e contábeis relativos à aplicação dos recursos da conta do programa de revitalização dos recursos hídricos;
- b) emissão de relatórios trimestrais, semestrais e anuais, ou quando solicitados pelo Comitê Gestor, observando o estabelecido no Decreto nº 10.838, de 2021;
- c) avaliação da adequação e confiabilidade dos atos de desembolso praticados pelas concessionárias de geração de energia elétrica em cada projeto;
- d) apresentação de relatório trimestral com avaliação dos itens constantes do Plano de Trabalho contendo, no mínimo:
 - 1 - avanço físico *vis a vis* com avanço previsto;
 - 2 - avanço financeiro *vis a vis* com avanço previsto;
 - 3 - principais resultados alcançados; e
 - 4 - avaliação crítica do progresso físico e financeiro;
- e) análise prévia de propostas e projetos, inclusive quanto ao enquadramento em pelo menos uma das disposições constantes dos arts. 3º, 5º ou 6º da Resolução nº 02/2023;
- f) emissão de relatórios técnicos de vistoria indicando o avanço físico na implementação dos projetos, com inspeção *in loco* para projetos selecionados;
- g) disponibilização de plataforma/sistema *on line* para comunicação com o Comitê Gestor, registro de documentos, demandas e diligências; e
- h) avaliação se os custos envolvidos especificamente nas obras e serviços de cada projeto estão de acordo com os praticados no mercado.”

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, contrataram a BEZ Auditores, conforme Contrato nº 45000078147, para apresentar relatório de asseguarção limitada quanto à adequação e a fidedignidade das informações que integram a Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba. O primeiro relatório encaminhado (Anexo IV) é relativo ao período de 01 de janeiro de 2023 a 30 de junho de 2024.

Os procedimentos realizados pela Auditoria, conforme o Relatório de Auditoria Independente, p.3, apresentado em 27 de julho de 2024, compreenderam:

- (a) planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração da Prestação de Contas;
- (b) verificação do suprimento dos recursos pela Concessionária de Geração de Energia Elétrica, previsto no inciso I, do Art. 6º do Decreto nº 10.838/2021 (Anexos I e II, Relatório de Auditoria);
- (c) verificação da aplicação, programação e emprego dos recursos nos projetos, propostas e atividades previstas para a CPR São Francisco e Parnaíba (Anexo III, Relatório de Auditoria);
- (d) verificação da movimentação financeira das contas bancárias utilizadas para gerir os recursos da CPR São Francisco e Parnaíba (Anexos IV e V, Relatório de Auditoria);
- (e) verificação dos custos realizados, por agente beneficiário e por empreendimento (Anexo VI, Relatório de Auditoria); e
- (f) avaliação quanto a adequação dos desembolsos praticados pela Eletrobras e concessionárias de geração de energia elétrica em cada projeto e/ou proposta, observando os cronogramas constantes dos Planos de Trabalho aprovados pelo Comitê Gestor (Anexo VII, Relatório de Auditoria).

O Relatório destaca que a atualização dos valores dos aportes realizados em 31/01/2023 e 31/01/2024 foi efetuada com base no índice integral divulgado para o mês de junho/2022 e não de forma *pro rata*, a partir da data efetiva da assinatura dos novos contratos de concessão, o que ocorreu em 17/06/2022. Tendo em vista que houve dúvidas em relação à forma de cálculo da atualização, a auditoria informou que Eletrobras efetuará uma consulta formal aos Comitês Gestores, visando ratificar o entendimento quanto a forma de cálculo a ser aplicada (Relatório de Auditoria Independente, p.4).

Destacam-se figura 17, resumo apresentado no Anexo IV do Relatório de Auditoria Independente e figura 18, resumo de movimentações financeiras, Anexo V do mesmo relatório.

Figura 17 – Resumo de movimentação financeira, janeiro/23 a junho/24.

Movimentação Financeira CPR CHESF (01/jan/23 a 30/jun/24)					
Contas Correntes Nº 12468-0 e 112583-0, Agência 3180-1, Banco do Brasil					
Mês	Aportes (Eletrobras)	Resgates (Investimentos)	Pagamentos (Despesas)	Aplicações (Investimentos)	Saldo
jan/23	353.340.441,36	-	-	(353.340.441,36)	-
fev/23	-	-	-	-	-
mar/23	-	-	-	-	-
abr/23	-	-	-	-	-
mai/23	-	-	-	-	-
jun/23	-	-	-	-	-
jul/23	-	-	-	-	-
ago/23	-	-	-	-	-
set/23	-	-	-	-	-
out/23	-	-	-	-	-
nov/23	-	-	-	-	-
dez/23	-	-	-	-	-
jan/24	369.668.705,00	-	-	(369.668.705,00)	-
fev/24	65.692,41	65.692,41	(65.817,71)	(65.567,11)	-
mar/24	-	-	-	-	-
abr/24	-	-	-	-	-
mai/24	-	103,09	(103,09)	-	-
jun/24	-	-	-	-	-
Totais	723.074.838,77	65.795,50	(65.920,80)	(723.074.713,47)	-

Fonte: Relatório de Auditoria Independente, julho 24.

Figura 18 – Resumo Movimentação de Aplicações, jan/23 e jun/24.

Movimentação Aplicações Automáticas - CPR Chesf (01/jan/23 a 30/jun/24)						
Período	Aplicações	Resgates	Rendimentos (Bruto)	Imposto de Renda	IOF	Saldo (Fim do mês)
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
jan/23	353.340.441,36	-	-	-	-	353.340.441,36
fev/23	-	-	3.454.154,63	-	-	356.794.595,99
mar/23	-	-	4.403.786,48	-	-	361.198.382,47
abr/23	-	-	3.064.518,59	-	-	364.262.901,06
mai/23	-	-	4.155.957,04	(3.015.683,35)	-	365.403.174,75
jun/23	-	-	4.389.918,09	-	-	369.793.092,84
jul/23	-	-	3.983.655,95	-	-	373.776.748,79
ago/23	-	-	4.230.066,60	-	-	378.006.815,39
set/23	-	-	3.439.076,52	-	-	381.445.891,91
out/23	-	-	3.575.306,65	-	-	385.021.198,56
nov/23	-	-	3.852.640,49	(4.694.132,86)	-	384.179.706,19
dez/23	-	-	3.561.033,62	-	-	387.740.739,81
jan/24	369.668.705,00	-	3.232.771,14	-	-	760.642.215,95
fev/24	65.567,11	(65.692,41)	5.719.415,75	(57,83)	(90,31)	766.361.358,26
mar/24	-	-	6.331.106,95	-	-	772.692.465,21
abr/24	-	-	4.392.486,38	-	-	777.084.951,59
mai/24	-	-	5.980.859,56	(5.752.678,63)	-	777.313.132,52
jun/24	-	-	4.755.457,70	-	-	782.068.590,22
Totais	723.074.713,47	(65.692,41)	72.522.212,14	(13.462.552,67)	(90,31)	-

Fonte: Relatório de Auditoria Independente, julho 24.

Figura 19 –Resumo Movimentação de Aplicações, jan/23 a jun/24.

Desembolsos Realizados entre janeiro de 2023 e junho de 2024				
Rubricas (Destinações)	Mês	CPR Chesf	Eletrobras*	Total
Projetos		R\$ -	R\$ -	R\$ -
Projetos	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Auditoria Independente	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Serviços Administrativos		R\$ -	R\$ 5.551.319,95	R\$ 5.551.319,95
Custos adm. e financeiros, os encargos tributários	-	R\$ -	R\$ 5.551.319,95	R\$ 5.551.319,95
Tributos		R\$ -	R\$ 3.271.181,49	R\$ 3.271.181,49
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	mar/23	R\$ -	R\$ 365.394,26	R\$ 365.394,26
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	abr/23	R\$ -	R\$ 142.500,11	R\$ 142.500,11
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	mai/23	R\$ -	R\$ 53.022,73	R\$ 53.022,73
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	jun/23	R\$ -	R\$ 204.131,19	R\$ 204.131,19
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	jul/23	R\$ -	R\$ 185.240,00	R\$ 185.240,00
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	ago/23	R\$ -	R\$ 196.698,10	R\$ 196.698,10
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	set/23	R\$ -	R\$ 159.917,06	R\$ 159.917,06
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	out/23	R\$ -	R\$ 166.251,76	R\$ 166.251,76
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	nov/23	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	dez/23	R\$ -	R\$ 383.865,24	R\$ 383.865,24
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	jan/24	R\$ -	R\$ 150.323,86	R\$ 150.323,86
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	fev/24	R\$ -	R\$ 265.952,60	R\$ 265.952,60
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	mar/24	R\$ -	R\$ 294.397,05	R\$ 294.397,05
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	abr/24	R\$ -	R\$ 204.249,48	R\$ 204.249,48
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	mai/24	R\$ -	R\$ 278.109,97	R\$ 278.109,97
PIS/COFINS Apurados s/ os Redimentos	jun/24	R\$ -	R\$ 221.128,08	R\$ 221.128,08
Despesas Bancárias		R\$ 228,39	R\$ -	R\$ 228,39
Despesas Bancárias	fev/24	R\$ 125,30	R\$ -	R\$ 125,30
Despesas Bancárias	mai/24	R\$ 103,09	R\$ -	R\$ 103,09
Total		R\$ 228,39	R\$ 8.822.501,44	R\$ 8.822.729,83


* Adiantamentos realizados pela Eletrobras e que são passíveis de ressarcimento após autorização do Comitê da CPR São Francisco e Parnaíba.

Fonte: Relatório de Auditoria Independente, julho 24.

O Relatório ainda conclui que não “há fato que nos leve a acreditar que os valores apresentados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras para fins de Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de janeiro de 2023 a 30 de junho de 2024, estejam em desacordo com as diretrizes, objetivos e propósitos previstos no Decreto nº 10.838 de 18 de outubro de 2021”.

V. Considerações Finais

Tendo em vista que até o primeiro semestre de 2024 houve apenas a contratação da auditoria independente, não tendo sido feita nenhuma contratação de projetos, considerou-se para esse relatório tanto as atividades realizadas pelo Comitê para o período como as propostas já aprovadas, dentro dos orçamentos previsto em 2023 e 2024. Sendo assim, deve ser dada celeridade aos projetos em análise no âmbito desse comitê, uma vez que, muitos deles adotam também obras estruturantes com capacidade de melhorar as condições e qualidades das dos mananciais e das bacias como um todo.



Espera-se também que no próximo relatório, seja possível verificar o andamento das contratações em seus aspectos operacionais, orçamentários e financeiros, bem como o acompanhamento dos indicadores de processo para a implementação das ações no âmbito do CPR São Francisco e Parnaíba.

Informa-se que toda a documentação de referência está publicizada no sitio eletrônico [Comitês Gestores das Contas dos Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos — Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional \(www.gov.br\).](http://www.gov.br)

Convém esclarecer que os comitês decidiram adotar sugestão da Eletrobras para utilização do Sistema Clarity de Gestão de Projetos, o qual vai fornecer em tempo real a situação da execução física e financeira de cada ação aprovada, motivo pelo qual o Painel BI da página dos comitês não foi atualizado recentemente. Nesse momento os membros dos comitês e da Secretaria Executiva dos comitês estão enviando a documentação para proceder o cadastro no sistema da Eletrobras, a partir do qual serão obtidas e divulgadas as informações de cada ação. A partir do acesso ao Sistema Clarity, que deve ocorrer em breve, o dashboard da página dos comitês será atualizado com maior frequência.

Referências Bibliográficas

1. Texto-base do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas – PNRBH.
2. Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização das Usinas Hidrelétricas do País - PRR, elaborado em atendimento ao Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021, e aprovado pela Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Política Energética, de 11 julho de 2022.
3. Estudo da Universidade Federal de Viçosa - UFV contendo a Metodologia de Priorização de Áreas Para Recuperação Ambiental nas Cabeceiras Selecionadas das Bacias dos Rios Grande, Paranaíba, São Francisco e Parnaíba (Viçosa, 2023).
4. Nota Técnica 23/2023/CGHI/DDOS/SNEE de 20 de novembro de 2023, processo SEI MME Nº 48340.003861/2022-39 emitida pelo Ministério de Minas e Energia.

Anexos

I-Planilhas de Detalhamento das ações previstas no Plano de Trabalho CPR São Francisco e Parnaíba – Plano de Trabalho CGPRH – SEI/MIDR 5166848. Disponível em https://integracao-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/alexandre_saia_integracao_gov_br/EScBKEFv2HVOgiirylH5tLwBGNPVNtxXzt2js7aTBOtTtg?e=VFTJ7d


II-Resoluções

[RESOLUÇÃO Nº 1, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023](#). Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba, conforme previsto no Art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

[RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023](#). Dispõe sobre procedimentos para elaboração e execução do Plano de Trabalho de que trata o art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

[RESOLUÇÃO Nº 3, DE 10 DE JANEIRO DE 2024](#). Aprova as Diretrizes para Contratação de Auditoria Independente de que trata o Art. 6º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

[RESOLUÇÃO Nº 4, DE 21 DE MARÇO DE 2024](#). Aprova o Plano de Trabalho com o planejamento das ações que gerem recarga das vazões afluentes e ampliem a flexibilidade operativa dos reservatórios, conforme estabelecido pelo Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São



Francisco e do Rio Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba, conforme previsto no Art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

III-Atas

Disponíveis em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/comites-gestores-das-contas-dos-programas-de-revitalizacao-dos-recursos-hidricos/comites-gestores-das-contas-dos-programas-de-revitalizacao-dos-recursos-hidricos>

IV-Relatório da Auditoria Independente

Disponível em: [1. Relatório Prestação de Contas CPR Chesf 2023-1S24.pdf](#)